



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

PROJETO BÁSICO OU TERMO DE REFERÊNCIA

REVITALIZAÇÃO DE RUAS EM VALÃO DO
BARRO COM INCLUSÃO DE
ACESSIBILIDADE.

1. APRESENTAÇÃO

O Município de São Sebastião do Alto, localizado no estado do Rio de Janeiro, com uma população estimada de quase dez mil habitantes. O município possui localização a cerca de três horas de viagem da cidade do Rio de Janeiro e uma hora de Nova Friburgo.

Neste projeto pretende-se revitalizar os passeios e realizar a inclusão de acessibilidade das ruas Rua do contorno da Praça Délcio Vahia, Avenida Hélio Teixeira Vogas, Rua Januário de Toledo Pizza, Rua Manoel A. F. Filho, Rua Nicolau R. Pereira, Rua João Carlos Pinheiro, Rua João T. Vogas, Rua Pauliano P. Queiroz, Rua Luiz L. Martins, Rua Álvaro R. de Oliveira, Rua Manoel G. Ferreira, Rua Lourival R. Passos e Rua Manoel Teixeira Vogas, em Valão do Barro – 2º distrito do município.

2. OBJETIVO

O município tem por objetivo introduzir a acessibilidade e melhorar a segurança dos usuários na revitalização dos passeios e na inclusão de faixas de pedestres elevadas.

3. JUSTIFICATIVA

Visto que o município se encontra em desenvolvimento e presando a segurança e acessibilidade de sua população, viu-se necessário a revitalização dos trechos das ruas supracitadas, para a introdução de passeios que atenda as normas técnicas de acessibilidade e faixas de pedestres elevadas para melhor segurança nas travessias de rua,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

sem a necessidade do usuário descer do passeio, sendo assim a revitalização e a inclusão de acessibilidade, fornece ao município uma melhor qualidade de vida para todos os munícipes e visitantes.

A população do município segundo o IBGE de 2021 está estimada em 9.416 pessoas, sendo todo o município beneficiado com a melhoria dos passeios.



Figura 1: Município de São Sebastião do Alto destacado no Estado do Rio de Janeiro

Os logradouros beneficiados por este contrato, apesar de pertencerem integralmente ao Município de São Sebastião do Alto, possuem grande relevância por se tratar de ruas principais do 2ª distrito – Valão do Barro, onde possui bom fluxo de pedestres.

Se torna essencial a revitalização com inclusão da acessibilidade para a locomoção dos moradores, uma vez que alguns dos munícipes se encontram na faixa da 3ª idade e/ou apresentam necessidades especiais para locomoção.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. DEFINIÇÃO SUCINTA DO OBJETO:

Revitalização das ruas Rua do contorno da Praça Délcio Vahia, Avenida Hélio Teixeira Vogas, Rua Januário de Toledo Pizza, Rua Manoel A. F. Filho, Rua Nicolau R. Pereira, Rua João Carlos Pinheiro, Rua João T. Vogas, Rua Pauliano P. Queiroz, Rua Luiz L. Martins, Rua Álvaro R. de Oliveira, Rua Manoel G. Ferreira, Rua Lourival R. Passos e Rua Manoel Teixeira Vogas., em Valão do Barro, com inclusão de acessibilidade.

4.2. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADES E UNIDADES

1 - CATEGORIA - ADMINISTRAÇÃO LOCAL			
1.1	05.105.0139-A	Mão-de-obra de auxiliar de escritório, inclusive encargos sociais	mês
4 meses			
			TOTAL DO ITEM = 4,00
1.2	05.105.0200-A	Serviço de vigilância 24h/dia (vigia de obra), para 1 posto	mês
4 meses			
			TOTAL DO ITEM = 4,00
1.3	05.105.0121-A	Mão-de-obra de apontador, inclusive encargos sociais	mês
4 meses			
			TOTAL DO ITEM = 4,00
1.4	05.105.0122-A	Mão-de-obra de almoxarife, inclusive encargos sociais	mês
4 meses			
			TOTAL DO ITEM = 4,00
1.5	05.105.0127-A	Mão-de-obra de encarregado de obra, inclusive encargos sociais	mês
4 meses			
			TOTAL DO ITEM = 4,00
1.6	05.105.0130-A	Mão-de-obra de engenheiro ou arquiteto jr., inclusive encargos sociais	mês
4 meses * 1/5 expediente (1 dia na semana) = 0,80 meses			
			TOTAL DO ITEM = 0,80



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

2 - CATEGORIA 1 - SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, LABORATÓRIO E CAMPO

2.1	01.050.0122-A	Projeto executivo de instalação elétrica para urbanização até 15000m ² , apresentado em Autocad, inclusive as legalizações pertinentes	m ²
7.135,52m ² conforme projeto			
TOTAL DO ITEM =			7.135,52
2.2	01.050.0156-A	Projeto executivo de sistema de drenagem até 20000m ² , apresentado em Autocad	m ²
7.135,52m ² conforme projeto			
TOTAL DO ITEM =			7.135,52
2.3	01.016.0001-A	Levantamento topográfico, planialtimétrico e cadastral, de terreno de orografia acidentada, vegetação densa e edificação densa (escala 1:500)	ha
7.135,52m ² conforme projeto			
TOTAL DO ITEM =			7,14

3 - CATEGORIA 2 - CANTEIRO DE OBRAS

3.1	02.020.0001-A	Placa de identificação de obra pública, inclusive pintura e suportes de madeira. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	m ²
3M COMPR X 2M ALT = 2M ²			
TOTAL DO ITEM =			6,00
3.2	02.004.0001-A	Barracão de obra com paredes e piso de tábuas de madeira de 3ª, cobertura de telhas de fibrocimento de 6mm, e instalações, exclusive pintura, sendo reaproveitado 2 vezes	m ²
3M X 8M=24M ²			
TOTAL DO ITEM =			24,00
3.3	02.030.0005-A	Placa de sinalização preventiva para obra na via pública, de acordo com a resolução da Prefeitura-RJ, compreendendo fornecimento e pintura da placa e dos suportes de madeira. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	un
4 unidades			
TOTAL DO ITEM =			4,00
3.4	02.006.0050-A	Aluguel de banheiro químico, portátil, medindo 2,31m de altura x 1,56m de largura e 1,16m de profundidade, inclusive instalação e retirada do equipamento, fornecimento de química desodorizante, bactericida e bacteriostática, papel higiênico e veículo próprio com unidade móvel de sucção para limpeza	un x mês
2 UNIDADES X 4 MESES= 12 UN X MÊS			
TOTAL DO ITEM =			8,00
3.5	02.016.0001-A	Instalação e ligação provisórias de alimentação de energia elétrica, em baixa tensão, para canteiro de obras, M3 - chave 100A, carga 3kW, 20cv, exclusive o fornecimento do medidor	un
1 UNIDADE			
TOTAL DO ITEM =			1,00
3.6	05.015.0065-A	Placa de sinalização de rodovias, em chapa de aço n.º 16, tratada quimicamente, inclusive pintura com metal primer nas duas faces e esmalte sintético preto no verso. Aplicação de películas refletivas no grau técnico e película para legenda fixado em um ou dois postes de madeira de lei. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	m ²
Placa de "Pare" = 5 unid * 0,1768m ²			6,38
TOTAL DO ITEM =			6,38



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

3.7	02.006.0010-A	Aluguel de container (módulo metálico içável) tipo escritório, medindo aproximadamente 2,20m de largura, 6,20m de comprimento e 2,50m de altura, composto de chapas de aço com nervuras trapezoidais, isolamento termo-acústico no forro, chassi reforçado e piso em compensado naval, incluindo instalações elétricas, exclusive transporte (vide item 04.005.0300) e carga e descarga (vide item 04.013.0015)	un x mês
4 unidades - 1 unidade por mês			4
TOTAL DO ITEM =			4,00
3.8	02.006.0015-A	Aluguel de container (módulo metálico içável), tipo escritório com WC, medindo aproximadamente 2,20m de largura, 6,20m de comprimento e 2,50m de altura, composto de chapas de aço com nervuras trapezoidais, isolamento termo-acústico no forro, chassi reforçado e piso em compensado naval, incluindo instalações elétricas e hidro-sanitárias, suprido de acessórios, 1 vaso sanitário e 1 lavatório, exclusive transporte (vide item 04.005.0300), carga e descarga (vide item 04.013.0015)	un x mês
4 unidades - 1 unidade por mês			4
TOTAL DO ITEM =			4,00
4 - CATEGORIA. 3 - MOVIMENTO DE TERRA			
4.1	03.001.0001-B	Escavação manual de vala/cava em material de 1ª categoria (areia, argila ou piçarra), até 1,50m de profundidade, exclusive escoramento e esgotamento	m³
Avenida Hélio T. Vogas = Escadaria do bar central = $(7 \times (0,9 \times 0,9 \times 1,5))$			12,76
Frente da casa de Ademar Vogas = $(7 \times (0,9 \times 0,9 \times 0,75))$			
Somatório para preparo do terreno = $(329,70m^2 + 350,05m^2 + 1588,41m^2 + 1694,78m^2) \times 0,10m$			396,29
Manilhas para plantio de árvores = $3,1416 \times 0,40 \times 0,40 \times 78 \times 1$			39,21
Assentamento de meio-fio novo: $1499,41 \times 0,35 \times 0,20 + 2227,77 \times 0,25 \times 0,20$			216,35
Somatório das áreas do item do intertravado $\times 0,15m$ espessura = $(3234,76)m^2 \times 0,15m$			485,21
TOTAL DO ITEM =			1.149,82
4.2	03.010.0022-A	Material de 1ª categoria para aterros, compreendendo: escavação, carga, transporte a 3km em caminhão basculante e descarga, considerando o volume necessário à execução de 1,00m² de material compactado	m³
Somatório das áreas do item do intertravado $\times 0,10m$ espessura = $3234,76m^2 \times 0,10m$			323,48
TOTAL DO ITEM =			323,48
4.3	03.011.0015-B	Reaterro de vala/cava com material de boa qualidade, utilizando vibro compactador portátil, exclusive material	m³
Somatório das áreas do item do intertravado $\times 0,10m$ espessura = $3234,76m^2 \times 0,10m$			323,48
TOTAL DO ITEM =			323,48
5 - CATEGORIA. 4 - TRANSPORTE			
5.1	04.005.0006-B	Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 30km/h, em caminhão de carroceria fixa a óleo diesel, com capacidade útil de 7,5t	t x km
$(0,15$ (escavação) \times área do intertravado $(3234,76m^2) + 0,10$ (aterro) \times área do intertravado $(3234,76m^2) \times 1,4t/m^3 \times 3km$			3396,5
$(0,05$ (espessura) \times área do asfalto $(1289,79m^2) \times 2,2t/m^3 \times 3km$			425,63
$348,60m^2$ (concreto demolido) $\times 2,1t/m^3 \times 3km$			2196,18
Arrecamento de meio fio e de paralelo = $(3757,06 \times 0,08 \times 0,30 + 1822,64 \times 0,14) \times 2,7t/m^3 = 931,77 \times 1km$			932,42
TOTAL DO ITEM =			6.950,73


ORLANDO CRISTOVÃO P. CELINO
Assessor de Análise, Projeto
Engenharia, Arquitetura e Orçamento
MAT 249147-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

5.2	04.011.0051-F	Carga e descarga mecânica, com retroescavadeira, com 0,76m³ de capacidade, utilizando caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 8t, considerados para o caminhão os tempos de espera, manobra, carga e descarga e para a carregadeira os tempos de espera e operação para cargas de 50t por dia de 8h	t
(0,15 (escavação) x área do intertravado (3234,76 m²) + 0,10 (aterro) x área do intertravado(3234,76 m²)) x 1,4t/m³			1132,17
(0,05 (espessura) x área do asfalto(1289,79 m²) x 2,2t/m³			141,88
348,60m³(concreto demolido) x 2,1t/m³			732,06
Arrecamento de meio fio e de paralelo = (3757,06*0,08*0,30+1.822,64*0,14)*2,7t/m³			932,42
TOTAL DO ITEM =			2.938,53
6 - CATEGORIA. 5 - SERVIÇOS COMPLEMENTARES			
6.1	05.001.0143-A	Arrancamento de paralelepípedos, inclusive afastamento lateral dentro do canteiro de serviço	m²
Avenida Hélio T. Vogas/Rua do contorno da praça Delcio Vahia = =116,78			116,78
Rua Januário de Toledo Pizza =			84,49
Rua Manoel Teixeira Vogas =			657,12
Rua Manoel A. F. Filho =			66,76
Rua Nicolau R. Pereira =			41,98
Rua João Carlos Pinheiro =			182,49
Rua João T. Vogas =			54,64
Rua Pauliano P. Queiroz =			26,21
Rua Luiz L. Martins =			81,47
Rua Álvaro R. de Oliveira =			58,37
Rua Manoel G. Ferreira =			92,86
Rua Lourival R. Passos =			359,47
TOTAL DO ITEM =			1.822,64
6.2	05.058.0020-0	Lona de polietileno (lona terreiro) com espessura de 0,20mm para impermeabilização de solo, medida pela área coberta, inclusive perdas e transpasse	m²
Somatório da área do concreto para as calçadas da Rua Januário de Toledo e Avenida Hélio T.Vogas/prança= (329,70m² + 350,05m² + 1588,41m² + 1694,78m²)			3962,94
TOTAL DO ITEM =			3.962,94
7 - CATEGORIA. 6- GALERIAS, DRENOS E CONEXOS			
7.1	1409	Tubo de concreto armado, classe EA-2 600mm	m
78 unidades para plantio das mudas			78
TOTAL DO ITEM =			78,00
7.2	06.203.0043-A	Tubo de polietileno de alta densidade (PEAD), resina PE80/100, norma ISO 4427, classe PN-10, DE = 32mm. FORNECIMENTO	m
Cabo para iluminação das árvores =(39,59+5,60+45,51+24,48+3,02+100,20+18,61+35,26+3,32+30,01+14,54+52,88+8,39+14,36+45,12+73,58+28,19+2,53+51,28+57,36+23,93+11,16+54,20+12,83+56,88+60,05+8,72+20,53+8,93+43,59+31,79+24,37+25,16)			1035,97
TOTAL DO ITEM =			1.035,97
7.3	06.014.0105-A	Caixa de ralo em alvenaria de tijolo maciço (7 x 10 x 20cm), em paredes de uma vez (0,20m), de 0,30 x 0,90 x 0,90m, para águas pluviais, utilizando argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 em volume, sendo as paredes revestidas internamente com a mesma argamassa, com base de concreto simples fck=10MPa e grelha de ferro fundido de 135kg, inclusive escavação, reaterro e remoção do material excedente até 20,00m	un
Boca de lobo 15 unidades			15
TOTAL DO ITEM =			15,00
7.4	DR 04.40.0100	Tubo de PVC rígido (NBR-7362), tipo Vinilfort ou similar, para coletor de esgoto sanitário, com diametro nominal de 150mm, compreendendo carga e descarga, colocacao na vala, montagem e reaterro ate a geratriz superior do tubo, inclusive anel de borracha. Fornecimento e assentamento.(desonerado)	m
15 unidades x 1,5m			22,5
TOTAL DO ITEM =			22,50



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

8 - CATEGORIA. 8- BASES E PAVIMENTOS

Página 4

8.1	05.001.0001-A	Demolição manual de concreto simples com empilhamento lateral dentro do canteiro de serviço	m ²
Avenida Hélio T. Vogas = escadaria do bar central (=1,2x 15,40 x 0,15 + 1,72 x 15,40 x 0,08)			9,11
Escadaria em frente da casa de Ademir Vogas(0,45x15,80x0,15+1,15x15,80x0,08)			
Avenida Hélio T. Vogas = (1699,48m ² - (15,40 *1,72 + 15,80*1,15))* 0,08			132,39
Rua Januário de Toledo Pizza = 696,88*0,08			55,75
Rua Manoel Teixeira Vogas = 1129,09 *0,08			90,33
Rua Manoel A. F. Filho = 51,29*0,08			4,1
Rua Nicolau R. Pereira =85,20 *0,08			6,82
Rua João Carlos Pinheiro = 65,62*0,08			5,25
Rua João T. Vogas = 118,89*0,08			9,51
Rua Pauliano P. Queiroz = 26,08*0,08			2,09
Rua Luiz L. Martins = 144,84*0,08			11,59
Rua Álvaro R. de Oliveira = 57,14 *0,08			4,57
Rua Manoel G. Ferreira = 193,82*0,08			15,51
Rua Lourival R. Passos = 19,78*0,08			1,58
TOTAL DO ITEM =			348,60
8.2	05.001.0142-A	Arrancamento de meios-fios, de granito ou concreto, retos ou curvos, inclusive afastamento lateral dentro do canteiro de serviço	m
Avenida Hélio T. Vogas/Rua do contorno da praça Delcio Vahia =162,75+41,14+56,71+112,42+253,87+129,48+48,34+67,73+136,79			1009,23
Rua Januário de Toledo Pizza = 51,44+184,09+198,94+149,08+81,55			665,1
Rua Manoel Teixeira Vogas =258,62+148,43+134,30+158,12+70,79+43,32+52,84+94,36+100,66+60,72 +11,55 +10,17			1143,88
Rua Manoel A. F. Filho =56,42+50,75			107,17
Rua Nicolau R. Pereira =42,38+43,86			86,24
Rua João Carlos Pinheiro =65,54+64,26			129,8
Rua João T. Vogas =69,61+66,88			136,49
Rua Pauliano P. Queiroz =22,23+21,20			43,43
Rua Luiz L. Martins =74,98+74,58			149,56
Rua Álvaro R. de Oliveira =54,45+54,19			108,64
Rua Manoel G. Ferreira =88,67+88,85			177,52
Rua Lourival R. Passos =			
TOTAL DO ITEM =			3.757,06
8.3	05.002.0005-B	Demolição, com equipamento de ar comprimido, de pavimentação de concreto asfáltico, com 5cm de espessura, inclusive afastamento lateral dentro do canteiro de serviço	m ²
Avenida Hélio T. Vogas =			725,03
Rua Januário de Toledo Pizza =			564,76
TOTAL DO ITEM =			1.289,79
8.4	08.027.0035-A	Meio-fio reto de concreto simples fck=15MPa, moldado no local, tipo DER-RJ, medindo 0,15m na base e com altura de 0,45m, rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3,5, com fornecimento de todos os materiais, escavação e reaterro	m
Avenida Hélio T. Vogas/Rua do contorno da praça Delcio Vahia = 165,83+41,12+54,72+114,13+257,23+131,02+51,26+72,59+139,27			1027,17
Rua Januário de Toledo Pizza = 52,13+186,55+152,48+81,08			472,24
TOTAL DO ITEM =			1.499,41



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

8.5	08.027.0040-A	Meio-fio reto de concreto simples fck=15MPa, moldado no local, tipo DER-RJ, medindo 0,15m na base e com altura de 0,30m, rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3,5, com fornecimento de todos os materiais, escavação e reaterro	m
Rua Manoel Teixeira Vogas = 159,36+132,75+70,01+48,55+96,23+65,73+104,44+55,32+404,15+27,48			1164,02
Rua Manoel A. F. Filho = 40,17+42,88			83,05
Rua Nicolau R. Pereira = 42,34x2			84,68
Rua João Carlos Pinheiro =65,64+64,83			130,47
Rua João T. Vogas = 67,99+68,39			136,38
Rua Pauliano P. Queiroz =23,08+22,10			45,18
Rua Luiz L. Martins =73,87+74,12			147,99
Rua Álvaro R. de Oliveira =56,76+56,60			113,36
Rua Manoel G. Ferreira =88,48+84,13			172,61
Rua Lourival R. Passos =150,03			150,03
TOTAL DO ITEM =			2.227,77
8.6	08.020.0022-A	Pavimentação de lajotas de concreto, altamente vibrado, intertravado, com articulação vertical, pré-fabricados, colorido, com espessura de 8cm, resistência a compressão de 35MPa, assentes sobre colchão de pó-de-pedra, areia ou material equivalente, com as juntas tomadas com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 e/ou com pedrisco e asfalto, exclusive o preparo do terreno, mas com fornecimento de todos os materiais, bem como a colocação	m ²
Avenida Hélio T. Vogas/Rua do contorno da praça Delcio Vahia = 20,61			20,61
Rua Manoel Teixeira Vogas =			1630,84
Rua Manoel A. F. Filho =			105,63
Rua Nicolau R. Pereira =			114,49
Rua João Carlos Pinheiro =			257,25
Rua João T. Vogas =			149,91
Rua Pauliano P. Queiroz =			45,43
Rua Luiz L. Martins =			204,82
Rua Álvaro R. de Oliveira =			142,07
Rua Manoel G. Ferreira =			258,03
Rua Lourival R. Passos =			305,68
TOTAL DO ITEM =			3.234,76
9 - CATEGORIA. 9- SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS			
9.1	09.002.0001-A	Plantio de árvore isolada até 2,00m de altura, de qualquer espécie, em logradouro público, inclusive transporte, terra preta simples e estaca de madeira (tutor), exclusive o fornecimento da árvore	un
78 unidades			78
TOTAL DO ITEM =			78,00
9.2	09.006.0030-A	Aterro com terra preta vegetal, para execução de gramados Floreira = 0,5*0,5*0,4*92	m ²
TOTAL DO ITEM =			9,20
9.3	PJ 09.60.0151- SCO (F)	Especies vegetais com altura de (2,50 a 3,50)m, tipo Palmeira Syagrus Romanzoffiana (Baba-de-Boi / Geriva), Aiphanes Caryotifolia (Palmeira "Spine"), Livistonia Chinensis (Leque da China / Falsa Latania), Rhaps Excelsa (Palmeira Rafia), Roystonea Oleracea (Palmeira Real) ou similar. Fornecimento.(desonerado)	un
78 unidades			
TOTAL DO ITEM =			78,00
9.4	Mercado	Floreira quadrada em concreto pré-moldado com as seguintes dimensões: lados com 0,50m e altura com 0,40m. fornecimento	un
92 unidades			
TOTAL DO ITEM =			92,00



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

9.5	SC 09.10.0350	Controlador de Tráfego. EPIs e encargos sociais inclusos. (desonerado). 20 dias x 8 horas por dia x 4 meses	h 640
TOTAL DO ITEM =			640,00
9.6	AP 04.10.0500	Porta caçamba, de ferro esmaltado, lixeira de aço inoxidável, em chapa 18-304, com (300 x 300)mm. Fornecimento e colocação. (desonerado) 72 unidades	un 72,00
TOTAL DO ITEM =			72,00
10 - CATEGORIA. 11- ESTRUTURAS			
10.1	11.009.0011-A	Fio de aço CA-60, redondo, com saliência ou mocha, coeficiente de conformação superficial mínimo (aderência) igual a 1,5, diâmetro entre 4,2 a 5mm, destinado à armadura de peças de concreto armado, 10% de perdas de pontas e arame 18. FORNECIMENTO	kg
Somatório para as calçadas da Rua Januário de Toledo e Avenida Hélio T.Vogas/prça= (329,70m ² + 350,05m ² + 1588,41m ² + 1694,78m ²) x (1/0,20+1)x2x0,154kg/m "5.0mm" armadura da calçada			7323,51
TOTAL DO ITEM =			7.323,51
10.2	11.011.0027-A	Corte, dobragem, montagem e colocação de ferragens nas formas, aço CA-60, em fio redondo com diâmetro de 4,2 a 5mm	kg
Somatório para as calçadas da Rua Januário de Toledo e Avenida Hélio T.Vogas/prça= (329,70m ² + 350,05m ² + 1588,41m ² + 1694,78m ²) x (1/0,20+1)x2x0,154kg/m armadura da calçada			7323,51
TOTAL DO ITEM =			7.323,51
10.3	11.003.0001-B	Concreto dosado racionalmente para uma resistência característica à compressão de 10MPa, inclusive materiais, transporte, preparo com betoneira, lançamento e adensamento	m ³
Somatório do concreto para as calçadas da Rua Januário de Toledo e Avenida Hélio T.Vogas/prça= (329,70m ² + 350,05m ² + 1588,41m ² + 1694,78m ²) x (0,05) concreto magro para colocação de armação e concreto da calçada			198,15
TOTAL DO ITEM =			198,15
10.4	11.013.0075-A	Concreto armado, fck=25MPa, incluindo materiais para 1,00m ³ de concreto (importado de usina) adensado e colocado, 14,00m ² de área moldada, formas e escoramento conforme itens 11.004.0022 e 11.004.0035, 60kg de aço CA-50, inclusive mão de obra para corte, dobragem, montagem e colocação nas formas	m ³
Avenida Hélio T. Vogas = Escadaria do bar central = (7*(0,9*0,9*0,3+0,2*0,2*(1,5+1,2*0,3)))"sapatas//arranques e pilares"+(15,4-7*0,2)*0,2*1,5"cortina") Frente da casa de Ademir Vogas=(7*(0,9*0,9*0,3+0,2*0,2*(1,5+1,2*0,3)))"sapatas//arranques e pilares"+(15,8-7*0,2)*0,2*0,75"cortina")			11,11
TOTAL DO ITEM =			11,11



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

11 - CATEGORIA. 13- REVESTIMENTO DE PAREDES, TETOS E PISOS

11.1	13.301.0120-B	Contrapiso, base ou camada regularizadora executada com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4, na espessura de 2,5cm	m ²
Somatório das áreas das calças da Rua Januário de Toledo e Avenida Hélio T. Vogas/prça = 329,70m ² + 350,05m ² + 1588,41m ² + 1694,78m ²			
TOTAL DO ITEM =			3.962,94
11.2	13.333.0010-F	Revestimento de piso com cerâmica tátil direcional, 20 x 20cm (ladrilho hidráulico), para pessoas com necessidades específicas, assentes sobre superfície em osso, conforme item 13.330.0010	m ²
Avenida Hélio T. Vogas/Rua do contorno da praça Delcio Vahia =			220,08
Rua Januário de Toledo Pizza =			141,64
TOTAL DO ITEM =			361,72
11.3	13.333.0015-F	Revestimento de piso com cerâmica tátil alerta, 20 x 20cm (ladrilho hidráulico) para pessoas com necessidades específicas, assentes sobre superfície em osso, conforme item 13.330.0010	m ²
Avenida Hélio T. Vogas/Rua do contorno da praça Delcio Vahia =			207,14
Rua Januário de Toledo Pizza =			142,91
TOTAL DO ITEM =			350,05
11.4	13.369.0015-F	Revestimento de piso com granito cinza flameado, em placas, com espessura de 2cm, assentado sobre piso de superfície em osso, com argamassa (pronta) colante EXTERNA e rejuntamento industrializado	m ²
Avenida Hélio T. Vogas/Rua do contorno da praça Delcio Vahia =			888,88
Rua Januário de Toledo Pizza =			699,53
TOTAL DO ITEM =			1.588,41
11.5	13.369.0015-F	Revestimento de piso com granito amarelo yellow deserto flameado, em placas, com espessura de 2cm, assentado sobre piso de superfície em osso, com argamassa (pronta) colante EXTERNA e rejuntamento industrializado	m ²
Avenida Hélio T. Vogas/Rua do contorno da praça Delcio Vahia =			1015,82
Rua Januário de Toledo Pizza =			678,96
TOTAL DO ITEM =			1.694,78
11.6	13.302.0010-A	Camada de brita 1, com espessura estimada de 3cm, espalhamento manual	m ²
Somatório da área do concreto para as calçadas da Rua Januário de Toledo e Avenida Hélio T. Vogas/prça= (329,70m ² + 350,05m ² + 1588,41m ² + 1694,78m ²)			3962,94
TOTAL DO ITEM =			3.962,94
12 - CATEGORIA. 15- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E MECÂNICAS			
12.1	15.001.0020-B	Caixa de alvenaria em tijolos maciços (7 x 10 x 20cm), em paredes de meia vez, com dimensões de 0,20 x 0,20 x 0,30m, assentada com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4, revestida internamente com a mesma argamassa, com fundo de concreto e tampa de concreto armado	un
78 unidades para plantio de mudas + 12 para postes + 3 travessia de rua			93
TOTAL DO ITEM =			93,00
12.2	18.027.0434-F	Luminária tipo spot, direcional, exclusive lâmpada. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	un
78 unidades para iluminação das mudas			78
TOTAL DO ITEM =			78,00
12.3	15.008.0085-A	Cabo de cobre flexível com isolamento termoplástico, compreendendo: preparo, corte e enfição em eletrodutos, na bitola de 2,5mm ² , 450/750V. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	m
Cabo para iluminação das árvores =2*(39,59+5,60+45,51+24,48+3,02+100,20+18,61+35,26+3,32+30,01+14,54+52,88+8,39+14,36+45,12+73,58+28,19+2,53+51,28+57,36+23,93+11,16+54,20+12,83+56,88+60,05+8,72+20,53+8,93+43,59+31,79+24,37+25,16)			2071,94
TOTAL DO ITEM =			2.071,94



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

4.3. DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO BEM/SERVIÇO:

O objeto é de natureza de comum, de escopo próprio pois tem um padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, resultando em especificações usuais de mercado para manutenção, adequação e aprimoramento do pavimento.

5. PRAZO

O prazo para execução do serviço com previsão de 120 (cento e vinte) dias corridos ou 4 (quatro) meses, localizados no 2º distrito, em Valão do Barro.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO EXECUTADO

6.1. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

A CONTRATADA terá a obrigação de fornecer, em qualidade e quantidades adequadas, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual, e caberá a Fiscalização do Contrato fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços e fornecimento dos materiais, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básicos e Executivos, com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas pertinentes conforme listadas abaixo:

- **NBR 9050:2020:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

As avaliações tem por meio das NBRs supracitadas pretendem:

- Implementar, manter e aprimorar a gestão das suas operações;
- Assegurar-se de sua conformidade com seus procedimentos definidos;
- Demonstrar esta conformidade a terceiros; ou
- realizar autoavaliação da conformidade com a Norma.

6.2. ACEITE DO OBJETO EXECUTADO



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA comunicar, por escrito e mediante protocolo.
- O Recebimento provisório da conclusão ficará a cargo do SECID, assim como por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.
- Caso o Aceite Provisório não seja assinado pelas partes, dentro do período de 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, deverá ser nomeada uma comissão de aceitação provisória pela autoridade competente.
- O Recebimento Definitivo ficará a cargo de comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no Art. 69 da Lei 8.666/93.
- O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- Na hipótese de recusa da aceitação, por não atendimento às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE a partir da data da efetiva aceitação.
- O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a à d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após parecer circunstanciado de comissão designada pelo CONTRATANTE, com a aprovação pela Fiscalização.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a CONTRATADA deverá tomar as seguintes providências:
 - a) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontadas ou que venham a ser verificados em qualquer elemento dos serviços executados;
 - b) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
 - c) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo aos serviços;
 - d) Matrícula de Obra no CEI e a respectiva CND, relativa à regularidade das contribuições previdenciárias da obra concluída.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Relativamente à qualificação técnica, sem prejuízo das demais regras previstas no artigo 30 da Lei n.º 8.666/93, deverá ser exigida a comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- O Responsável Técnico indicado pela empresa licitante deverá apresentar atestados em seu nome, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbados no CREA e acompanhados da respectiva CAT.
- Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma, contemplem serviços similares ao objeto do edital.
- A qualificação técnica profissional exigida, deve manter correlação com a da quantidade e natureza dos serviços que se pretende contratar, visar compatibilizar o equilíbrio entre a segurança da Administração, quanto ao cumprimento das obrigações por parte do



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

contratado, e a preservação da necessária competitividade daqueles que possuam, minimamente, condições técnicas e econômicas para executar o objeto.

- A comprovação de aptidão da licitante deverá ser feita através da apresentação de atestados, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o licitante prestou atividade pertinente e compatível com características técnicas, quantidade e prazos compatíveis com o objeto licitado na forma do Inc. II, do Art. 30, da Lei nº. 8.666/93, observando as peculiaridades do objeto deste Termo de Referência, devendo o documento estar assinado, datado e os signatários devidamente identificados com o nome completo e cargo.
- A empresa deverá possuir em seu quadro permanente, profissional ou profissionais de nível superior, detentor (es) de atestado (s) de responsabilidade técnica por execução de serviços semelhantes.
- A comprovação de que os detentores dos referidos atestados de capacidade técnica são vinculados à licitante, deverá ser feita através de cópia de suas fichas de registro de empregado, dos contratos de trabalho ou por meio de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e os profissionais qualificados.
- Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social da licitante servirá de documento hábil para a comprovação do vínculo.
- No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todas (com o atestado do mesmo profissional) serão inabilitadas.
- Entende-se por pertinente e compatível em características o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma, contemplem serviços similares do objeto do edital.
- Não será aceita a comprovação de aptidão de que trata este Estudo por meio de documento emitido pela própria licitante ou por empresa do mesmo grupo.


ORLANDO CRISTOVÃO P. CELINO
Assessor de Análise, Projeto
Engenharia, Arquitetura e Orçamento
MAT 210147-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- **A comprovação de aptidão da licitante através da apresentação de atestados técnicos que contemplem os serviços a serem contratados para os itens de relevância abaixo relacionados deste certame:**

a) DESCRIÇÃO GENERALISTA DO ITEM (PREENCHIMENTO SECID)

Justificativa:

b) DESCRIÇÃO GENERALISTA DO ITEM (PREENCHIMENTO SECID)

Justificativa:

c) DESCRIÇÃO GENERALISTA DO ITEM (PREENCHIMENTO SECID)

Justificativa:

d) DESCRIÇÃO GENERALISTA DO ITEM (PREENCHIMENTO SECID)

Justificativa:

De maneira geral tais exigências justificam-se para verificação de aptidão da empresa para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, bem como da demonstração da experiência do profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico, estando de acordo com a súmula nº 263 do TCU, limitando-se a perfeita consecução do objeto deste certame, mantendo a isonomia e a equidade de competição entre os licitantes.

Em resumo, os itens escolhidos compõem o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se aqui da essência do objeto licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO E FINANCEIRA

- O licitante detentor da proposta de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

pessoa jurídica. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

- Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente subitem, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.
- Poderão participar do certame as empresas que comprovarem atuação no ramo de atividade compatível com o objeto deste termo e que possuam patrimônio líquido em valor correspondente a, no mínimo, 10% do valor estimado para o contrato.
- **Para fins de Qualificação Econômico - Financeira deverá ser exigido:**

Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Os licitantes deverão comprovar que dispõem dos índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir, devidamente confirmados pelo responsável da contabilidade da licitante:

- a) **Índice de Liquidez Geral:** mede a solvência da empresa e sua capacidade para saldar suas dívidas, refletindo a situação dos compromissos financeiros de longo prazo em face ao ativo realizável de curto e longo prazo. Ele indica a capacidade de pagamento da empresa para saldar R\$ 1,00 (um) real de dívida de longo prazo. Portanto, quanto maior o ILG melhor a situação da empresa e, para a presente licitação, definiu-se que deverá ser maior ou igual a 1,00 (hum), porque as empresas que o comprovarem estarão demonstrando que possuem recursos suficientes para saldar seus compromissos financeiros vincendos a longo prazo.


ORLANDO CRISTOVÃO P. CELINO
Assessor de Análise, Projeto
Engenharia, Arquitetura e Orçamento
MAT 2.107147-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

O Índice de Liquidez Geral deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro:

$$ILG = \frac{(AC+ANCRLP)}{(PC+PNC)} \quad \text{resultando} \quad ILG \geq 1,00$$

Onde:

ILG = Índice de Liquidez Geral;

AC = Ativo Circulante;

ANCRLP = Ativo Não Circulante, subgrupo Realizável Longo Prazo;

PC = Passivo Circulante;

PNC = Passivo Não Circulante;

- b) **Índice de Liquidez Corrente:** O Índice de Liquidez Corrente mede a solvência da empresa e sua capacidade para saldar suas dívidas, refletindo a situação dos compromissos financeiros de curto prazo em face ao ativo realizável de curto prazo. Portanto, quanto maior o ILC melhor a situação da empresa e, para a presente licitação, definiu-se que deverá ser maior ou igual a 1,00 (hum), porque as empresas que o comprovarem estarão demonstrando que possuem recursos suficientes para saldar seus compromissos financeiros vencidos a curto prazo. Ele indica quantos reais estão disponíveis para cada R\$ 1,00 (hum real) de dívida em curto prazo.

O Índice de Liquidez Corrente deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro:

$$ILC = \frac{(AC)}{(PC)} \quad \text{resultando} \quad ILC \geq 1,00$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

c) **Índice de Endividamento:** O Índice de Endividamento indica o nível de comprometimento que a somatória do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante exerce sobre o Ativo Total da empresa, representando a sua capacidade em liquidar todos os seus exigíveis de curto e longo prazo, sem reembolsar os seus sócios das contas do Patrimônio Líquido. Portanto, quanto menor o IE melhor a situação da empresa e, para a presente licitação, definiu-se que deverá ser menor ou igual a 1,00 (hum).

O Índice de Endividamento deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro:

$$IE = \frac{(PC+PNCRPLP)}{(AT)} \quad \text{resultando} \quad IE \leq 1$$

Onde:

PC = Passivo Circulante;

PNCRPLP = Passivo Não Circulante, subgrupo Realizável Longo Prazo;

AT = Ativo Total.

Desta forma atendendo o Artigo 31º, III § 5º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei 8.883 de 08 de junho de 1994:

“A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no Edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação”.

Os serviços de infraestrutura urbana representam serviços de interesse comum da população, e não devem de forma alguma sofrer problemas com paralisações, pois acarretariam em sérios problemas de mobilidade, saúde pública e segurança viária.

Portanto, se constituem de serviços de utilidade pública de competência administrativa do poder público, que devem zelar pela segurança, qualidade, conforto dos usuários, saúde pública, meio ambiente entre outros.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

Para que os serviços sejam adequados aos desejos da comunidade, as empresas licitantes deverão estar aptas na sua capacitação econômico financeira para a execução do Contrato, com o intuito de garantir a qualidade e continuidade dos serviços essenciais a toda a população Fluminense que, com certeza, contribuirá substancialmente para o aprimoramento destes imprescindíveis serviços públicos.

A qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos para a satisfatória execução do objeto da contratação de cada um dos Agrupamentos. Portanto, para as licitantes se habilitarem em qualquer um dos Agrupamentos, os índices contábeis solicitados e seus respectivos limites são os seguintes:

ÍNDICES CONTÁBEIS – ILC e ILG

- < (menor) que 1,00: Deficitária
- 1,00 a 1,35: Equilibrada
- > (maior) que 1,35: Satisfatória

ÍNDICES CONTÁBEIS - IE

- ≤ (menor ou igual) que 0,50: Satisfatória
- 0,50 a 1,00: Equilibrada
- > (maior) que 1,00: Deficitária

Diante de todo o exposto, conclui-se pela adoção dos índices que retratam situação financeira equilibrada e que aumentam consideravelmente o universo de competidores:

- **IE: menor ou igual a 1,00;**
- **ILG: maior ou igual a 1,00; e**
- **ILC: maior ou igual a 1,00.**
- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, acompanhada de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial;

- Nos casos em que a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial estiver positiva, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o plano de recuperação judicial foi homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei 11.101/2005;
- Comprovação de ser dotado de patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

9. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Programa de Trabalho: 53010.15.451.0454.4520

Modalidade de Aplicação: 449000

Fonte de Recurso: 145

9.1. ESTIMATIVA DE PREÇOS (PREENCHIMENTO SECID)

O orçamento apresentado utilizou como base principal a **Tabela EMOP** e o mês de referência de **setembro de 2021**.

Valor sem BDI sem Desoneração: R\$ 2.939.703,14 (dois milhões, novecentos e trinta e nove mil, setecentos e três reais e quatorze centavos).

Valor Total com BDI sem Desoneração: R\$ 3.519.118,63 (três milhões, quinhentos e dezenove mil, cento e dezoito reais e sessenta e três centavos).

Quando for utilizado itens de outras Tabelas, sem ser a EMOP, deverá ser justificado.

Exemplo: Ressalta-se que foram utilizados itens das tabelas SICRO, SINAPI e SCO somente nos casos onde não há itens da Tabela EMOP que contemplem tais serviços.

10. VISITA TÉCNICA (PREENCHIMENTO SECID – verificar necessidade de ter ou não)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

A CONTRATADA deverá considerar que a visita técnica ao local se apresenta como um instrumento importante para verificação das condições iniciais e que podem não estar previstas para execução do objeto. Portanto, trata-se de uma garantia de que a empresa tem os conhecimentos da área da obra, dificuldades locais e disponibilidades para cumprir com todas as obrigações previstas no contrato com a administração pública, sendo esta visita considerada facultativa. A visita técnica deverá ser realizada preferencialmente por profissional técnico (Engenheiro ou Arquiteto).

Os interessados deverão entrar em contato com o representante da SECID para agendar a Visita Técnica ao local, que o acompanhará e entregará o “Atestado de Visita Técnica”, conforme modelo no ANEXO I-B. Este agendamento deverá ser feito, para um único dia de visita, pelo telefone número (21) 2334-9610.

No caso da hipótese de a visita técnica não ser realizada, às Empresas que assim o desejarem, estabelecemos que será de responsabilidade da contratada a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução da obra, bem como das condições iniciais, devendo a contratada apresentar uma “Declaração de Conhecimento do Local da Obra”, assumindo tal responsabilidade, em substituição ao “Atestado de Visita Técnica”.

11. PAGAMENTO

- Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da Instituição Financeira Contratada pelo Estado do Rio de Janeiro cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato;
- No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificados pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;

- A cada 30 (trinta) dias fará o CONTRATADO a emissão das faturas dos serviços realizados, elaborada com base na Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo aceitos e verificados em conformidade com as etapas estabelecidas no cronograma físico-financeiro;
- O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela;
- Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s);
- Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do Contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação;
- O contratado deverá apresentar, juntamente com a fatura, o comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no serviço;
- Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*;
- Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da proposta poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo **índice da tabela EMOP**, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001;
- A prorrogação de prazos a pedido da contratada, e sem culpa do contratante, não enseja reajuste ou correção;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Será objeto de reajuste apenas o valor remanescente e ainda não pago;
- O prazo decadencial convencionado para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil;
- O pagamento por eventuais serviços ou itens não previstos, desde que devidamente justificados e previamente aprovados pela fiscalização e ratificado pelo Ordenador de Despesas será feito com base no custo unitário constante do Sistema EMOP. Os itens novos não constantes do Sistema EMOP terão seus preços limitados aos indicados nos sistemas de orçamentação de obras ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados;
- O pagamento de serviços executados antes das datas previstas nos cronogramas (serviços adiantados) dependerá das disponibilidades de caixa da SECID, observado o percentual de desconto;
- O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante termo aditivo;
- Nos termos do preceito estabelecido no art.65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, o Contratado obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços de engenharia, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) ou 50% (cinquenta por cento) em caso de reforma, do valor inicial atualizado do contrato;
- Para efeito de observância aos limites de alterações contratuais previstos no art.65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, as reduções ou supressões de quantitativos devem ser consideradas de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

12. GARANTIA

- A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de até 5% (cinco por cento) – a ser prestada em qualquer das modalidades e limites de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 56 da Lei n.º 8.666/93 - a ser restituída após sua execução satisfatória.
 - a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
 - b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
 - c) Prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.
- A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
- Caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 80 % (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas “a” e “b”, art. 48, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, será exigida para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 56, igual à diferença entre o valor resultante do parágrafo 1º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93 e o valor da correspondente proposta.
- O levantamento da caução contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente, após a aceitação definitiva da obra.
- Em caso de rescisão decorrente de ato praticado pela contratada, a garantia reverterá integralmente ao contratante, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da caução prestada e o débito verificado.
- Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a SECID se utilizará da garantia dada para a finalidade de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela contratada, na recomposição das perdas e danos sofridos. A contratada ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 3 (três) dias úteis seguintes à sua notificação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa Contratada deverá complementar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da caução para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- A responsabilidade da fiscalização será da SECID. Sendo que a execução do contrato será acompanhada por Gestor e fiscalizada por Comissão de Fiscalização a ser designada, pelo titular da Pasta, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93, que determinará o que for necessário para o fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, bem como diligenciar a regularização de falhas.
- Deverão os fiscais do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados.
- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, não implicando a sua ocorrência em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei 8.666/93.
- A instituição e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de manter fiscalização própria, competindo-lhe fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir que, a tempo e por escrito, sejam



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

apresentadas à fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas que venham impedir o bom desempenho do contrato, para o devido esclarecimento.

- As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por representantes designados.
- A CONTRATADA obriga-se a manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução.
- Será designado um servidor para acompanhamento do serviço, no local de atuação.

14. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO A SEREM ESTABELECIDOS

A comunicação entre as partes, será realizada por meio escrito com assinatura dos responsáveis e datado, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada à execução do contrato. Podendo ser realizada conforme as opções abaixo:

- a) Presencialmente, através do endereço: Av. Presidente Vargas, 1100 - 10º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP:20071-002.
- b) Pelo telefone, através do número: (21) 2334-9610.
- c) Por e-mail, através do endereço eletrônico: comges.secid@cities.rj.gov.br

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- Exigir da Contratada que providencie a reparação de eventuais vícios verificados no curso da vigência contratual ou dentro do prazo de garantia do serviço;
- Realizar a solicitação do serviço, especificando as quantidades e local, por e-mail ou outro meio oficial;
- Fiscalizar a qualidade e quantidade do objeto no momento da entrega e após a realização do serviço, sempre documentando e se possível com de acordo da contratada;
- Ao SECID é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições do objeto contratado;
- Vetar o emprego de qualquer equipamento e/ou serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou prejudicial à saúde dos empregados;
- Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
 - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

16. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

- Cumprir todas as exigências constantes do Edital e seus Anexos e da proposta, em especial os documentos da contratação e a legislação vigente;
- Alocar profissionais adequados e capacitados com conhecimento específico para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos;
- Disponibilizar local e profissionais que atuarão no desenvolvimento do objeto contratual de modo a facilitar reuniões periódicas com a SECID durante a vigência do contrato;
- Disponibilizar instalação para a Comissão de Fiscalização;
- Cumprir cronograma físico e as etapas de execução dos serviços, realizando com zelo e fidelidade a prática da sua boa execução, observando as formas, as medidas, os desenhos e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se;
- A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos encargos sociais e trabalhistas relativos aos contratos de trabalho dos empregados envolvidos na execução do contrato;
- Responder por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à Legislação Tributária, Trabalhista, Previdenciária ou Securitária e decorrentes da execução do objeto contratual;


ORLANDO CRISTOVÃO P. CELINO
Assessor de Análise, Projeto
Engenharia, Arquitetura e Orçamento
MAT 2199147-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- A CONTRATADA se responsabilizará pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados por/a terceiros;
- A CONTRATADA se obriga a afastar ou substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer funcionário de seu quadro, que, por solicitação dos fiscais da SECID, devidamente justificada por escrito, não deva continuar a participar da prestação dos serviços;
- A CONTRATADA terá a obrigação de fornecer, em qualidade e quantidades adequadas, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básicos e Executivos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE;
- Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou quando da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização;
- Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da SECID;
- Providenciar, junto ao CREA/RJ e/ou CAU/RJ, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativa aos serviços do objeto contratual, de acordo com a legislação vigente;
- Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional à SECID;
- Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados (Saúde e Segurança do Trabalho), bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários (quando se aplicar), fiscalizando e exigindo que eles cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de sua integridade física;


ORLANDO CRISTÓVÃO P. CELINO
Assessor de Análise, Projeto
Engenharia, Arquitetura e Orçamento
MAT 219147-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente identificado com crachás e/ou uniformes;
- Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares da SECID, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a SECID, cabendo a CONTRATADA todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor;
- Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;
- Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos;
- A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere à SECID responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a SECID.
- Verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à CONTRATADA formular imediata comunicação escrita à SECID, buscando o pronto encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços;
- Complementar os ajustes eventualmente necessários à perfeita execução dos serviços, apresentando as sugestões que se fizerem necessárias com as respectivas aprovações junto aos órgãos competentes, assumindo todos os custos;
- Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades do objeto contratual, sem prévia autorização da SECID;
- Assumir a responsabilidade por acidentes causados por problemas mecânicos, de vícios do veículo e seus componentes ou quaisquer outros problemas ocasionados por veículos ou equipamentos, caso se aplicar;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do Edital;
- Quanto a questões de natureza fiscal, a CONTRATADA deverá atentar para o cumprimento do recolhimento do ISSQN, conforme a legislação aplicável, evitando que venha a ocorrer recolhimento ao município inferior ou superior ao especificado em sua proposta;
- Manter atualizados todos os documentos de habilitação;
- Assumir a inteira responsabilidade pelo cumprimento das normas e legislação ambientais aplicáveis;
- Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança;
- Assumir a responsabilidade exclusiva, sem ônus para a CONTRATANTE, por quaisquer danos e degradações diretas ou indiretas, que porventura causadas ao meio ambiente ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços;
- Assumir a responsabilidade, sem ônus para a CONTRATANTE, pela completa desmobilização de todas as estruturas e equipamentos de apoio que venha a instalar para a execução dos serviços;
- Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.
- Observar as normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;
- Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

- A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:
 - a) advertência;
 - b) multa administrativa;
 - c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.
- Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no item anterior também deverão ser considerados para a sua fixação.
- A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente.
 - a) As sanções previstas nas alíneas a e b do primeiro item serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
 - b) A sanção prevista na alínea c do primeiro item será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
 - c) A aplicação da sanção prevista na alínea d do primeiro item é de competência exclusiva do Secretário de Estado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- A multa administrativa, prevista na alínea b do primeiro item:
 - a) corresponderá ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
 - b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
 - c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
 - d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
 - e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
 - f) deverá observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do primeiro item:
 - a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
 - b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do primeiro item, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados, devendo ser aplicada, dentre outras, nas seguintes hipóteses:


ORLANDO CRISTÓVÃO P. CELINO
Assessor de Análise, Projeto
Engenharia, Arquitetura e Orçamento
MAT 2-147147-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- a) fraudar na execução contratual, por meio da prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública;
- b) comportar-se de modo inidôneo, por meio da prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.
- A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
 - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.
 - Se o valor das multas previstas na alínea b do primeiro item 16.1 e no item anterior, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.
 - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.
- A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do primeiro item, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do primeiro item.
- Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.
- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.
- As penalidades previstas no primeiro item também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.
- Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:
 - a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
 - b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
 - c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.
- Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do primeiro item, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- A aplicação das sanções mencionadas no item anterior deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

18. REAJUSTE DE PREÇOS

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pela EMOP, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001, a saber:

O índice de reajuste deve ser setorial, refletindo a variação dos custos e insumos daquele segmento específico, podendo, se for o caso, ser utilizado o índice da família EMOP. Somente é admissível a adoção de um índice geral quando inexistir índice setorial. O prazo de 12 (doze) meses para início do cômputo do reajuste começa a contar: (i) da data da apresentação da proposta; (ii) ou do orçamento a que esta referir, consoante expressamente previsto no art. 40, XI da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e na Lei nº 10.192, de 14.02.2001, cabendo ao edital fixar uma delas. Não é cabível o reajuste se não há previsão expressa no edital e no contrato administrativo. Pode, também, ser prevista fórmula específica para cálculo de reajuste anual, como as duas abaixo transcritas:

a) $PR = (IM/I0) \times PO$


ORLANDO CRISTOVÃO P. CELINO
Assessor de Análise, Projeto
Engenharia, Arquitetura e Orçamento
MAT 210147-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

Onde:

PR - Preço unitário após o reajustamento estabelecido;

IM - índice mensal relativo ao 12º mês contado da assinatura do contrato;

IO - índice relativo ao mês da data base do orçamento;

PO - Preço Unitário contratual.

$$b) R = \frac{I - I_0}{I_0} \times P$$

Onde:

R = Valor do reajustamento;

I_0 = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, referente aos serviços especificados e relativo ao mês de apresentação da proposta;

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, referente aos serviços especificados e relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a apresentação da proposta;

P_0 = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela firma licitante

19. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto Federal nº 7.746/2012, no que couber.

Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do Governo do Rio de Janeiro, bem como do SECID, voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:

- Economia de energia;
- Economia em materiais como copos e talheres plásticos descartáveis;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Economia de água;
- Reciclagem de lixo;
- Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes.

Além disso, cabe à CONTRATADA realizar práticas sustentáveis de manejo dos recursos renováveis, a redução dos resíduos e poluições, a utilização de energia e materiais eficientemente, empregando equipamentos mais modernos e adequados às normas e preservação ambiental.

Os critérios e práticas sustentáveis podem ser obtidos nas fontes a seguir:

- Decreto Estadual 43.629/12;
- Catalogo SIGA – itens sustentáveis;
- A3P Governo Federal;
- NBRISO 14001- Sistemas de Gestão Ambiental;
- OHSAS 18001:2000 (Occupational Health and Safety Assessment Series) – Segurança e saúde no trabalho;
- AS 8000 (Social Accountability International) – normas socialmente responsáveis;
- NBR 16001(ABNT) – sistema de gestão da responsabilidade social;
- Selo Verde (FSC – Forest Stewardship Council) – madeira;
- Classificação ENCE – eficiência energética;
- Fundación Instituto de Desarrollo Regional;
<http://www.fidr.org.ar/>
- Projeto Prefeito Amigo da Criança (Fundação Abrinq);
<http://www.fundabrinq.org.br/projeto.php?id=18>
- Núcleo de Estudos e Tecnologias em Gestão Pública (UFRGS);
<http://www.ufrgs.br/nutep/principal.php>
- Ideias para ação municipal (Instituto Pólis);
http://www.direitoacidade.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=54


ORLANDO CRISTOVÃO P. CELINO
Assessor de Análise, Projeto
Engenharia, Arquitetura e Orçamento
MAT 249147-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Programa de Gestão Pública e Cidadania (FGV);
<http://www.eaesf.fgvsp.br/Ceapginterna.aspx?PagId=ETKHMPRJ>
- Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGV);
<http://www.gvces.com.br/>
- Catalogo Sustentável.
<http://www.catalogosustentavel.com.br/>

Caso seja constatado o registro de três ocorrências, em um período de 30 dias, por descumprimento das orientações acima, a empresa a ser contratada poderá sofrer as sanções previstas em contrato, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.

20. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação para o presente certame, pois se trata de uma Obra de Arte Especial de Engenharia, onde futura contratada deverá reunir todas as condições técnicas para perfeita consecução do mesmo prezando a qualidade técnica em observância as normas vigentes relativas ao objeto a ser executado.

21. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO (SECID avaliar se sim ou não)

TEXTO PARA VEDAÇÃO:

A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns de engenharia civil, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, que em seu artigo 33 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

TEXTO PARA PERMISSÃO:

É permitida à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, uma vez que a execução do objeto envolve Projetos de atribuição de diferentes modalidades de Engenharia. A divisão da execução do objeto desta Licitação entre Empresas consorciadas poderá acelerar também o prazo de execução, ensejando ainda a participação de maior número de LICITANTES e possibilitando a participação de Empresas regionais com aumento da competitividade.

As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, registrado em cartório com data anterior a abertura da sessão pública, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o ÓRGÃO LICITANTE pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido.
- A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado.
- A indicação da empresa líder como representante do consórcio, deverá obedecer aos critérios de habilitação técnica e financeira, onde a empresa detentora de maior percentual de atestação técnica e financeira deverá ser designada como líder.
- Cláusula de solidariedade, nos termos deste edital e da legislação.
- O prazo do consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação.
- No consórcio de que participem empresas estrangeiras e brasileiras, a empresa líder deverá ser sempre brasileira.
- Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, bem como as declarações constantes no anexo do edital, mediante a apresentação da documentação comprobatória.
- As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo neste edital.
- As empresas consorciadas não poderão participar isoladamente da licitação, nem em qualquer outro consórcio.
- A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.
- Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.


ORLANDO CRISTÓVÃO P. CELINO
Assessor de Análise, Projeto
Engenharia, Arquitetura e Orçamento
MAT 210147-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.

22. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

A vedação é justificada pela natureza do serviço que será prestado, incompatível com as características das cooperativas, uma vez que as tarefas não seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação com a cooperativa, evitando-se a eventual responsabilidade subsidiária do Poder Público pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas, na forma do Enunciado 331 do TST.

Nesse sentido, foram reiteradas as decisões (Acórdão nº 1815/2003-Plenário, Acórdão nº 307/2004-Plenário que culminaram com a publicação da Súmula nº 281 TCU:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

Dessa forma, tendo em vista que a natureza do serviço pressupõe subordinação jurídica entre os empregados e o contratado, bem como pessoalidade e habitualidade, deve ser vedada a participação de sociedades cooperativas na presente licitação, uma vez que tais entidades seriam “cooperativas fraudulentas” ou meras intermediadoras de mão de obra.

23. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE MP EPP

A partir da entrada em vigor das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/14 na Lei Complementar nº 123/2006, tornou-se obrigatória para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, realização de processo licitatório destinado



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (art. 48, inc. I).

Contudo, a média do valor encontrado do presente objeto de contratação ultrapassa os limites estabelecidos no artigo 48 da Lei Complementar 123/2006, portanto tal objeto não se enquadra nas hipóteses de licitação exclusiva ou cota reserva para micro e pequenas empresas.

FORNECIMENTO DE MATERIAIS:

24.1. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

A contratada será a responsável por fornecer e transportar qualquer material necessário para execução dos serviços, respeitando as especificações técnicas da planilha orçamentária e desse termo.

24.2. MATERIAIS NÃO PREVISTOS EM CONTRATO

Em caso de haver a necessidade da utilização de materiais que não constem neste termo, a CONTRATADA deverá solicitar e justificar a utilização do mesmo. E caberá a CONTRATANTE a autorização ou não da solicitação.

24. AUTORIZAÇÕES E LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

A CONTRATADA deverá:

- Manter atualizados todos os documentos de habilitação, bem como as licenças necessárias ao seu funcionamento.
- Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança.


ORLANDO CRISTÓVÃO P. CELINO
Assessor de Análise, Projeto
Engenharia, Arquitetura e Orçamento
MAT 210147-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- Assumir a responsabilidade exclusiva, sem ônus para a CONTRATANTE, por quaisquer danos e degradações diretas ou indiretas, porventura causadas ao meio ambiente ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços especificados no presente Termo de Referência.
- Assumir a responsabilidade, sem ônus para a CONTRATANTE, pela completa desmobilização de todas as estruturas e equipamentos de apoio que venha a instalar para a execução dos serviços.
- Assumir a inteira responsabilidade pelo cumprimento das normas e legislação ambientais aplicáveis.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

- A ordem de início deverá ser dada conforme ANEXO I-A deste Termo de Referência, além disso os procedimentos e dúvidas terão como diretrizes o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, sendo os casos omissos resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, observando os princípios que norteiam o agir da Administração Pública.
- Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda a realidade dos fatos.
- Os casos omissos ou eventuais dúvidas serão resolvidos pela Comissão de Fiscalização, a quem caberá deliberar sobre o assunto.
- A CONTRATADA responderá legal e administrativamente pela garantia, solidez, qualidade e eficiência dos serviços de engenharia por ela elaborados e essa responsabilidade não cessará com a entrega e aprovação dos serviços de engenharia, mas se estenderá até a conclusão da obra objeto dos serviços prestados.
- Toda documentação técnica elaborada pela CONTRATADA relativa ao Objeto deste Termo de Referência, será de propriedade exclusiva da SECID, que dela se utilizará conforme lhe convier.


ORLANDO CRISTÓVÃO P. CELINO
Assessor de Análise, Projeto
Engenharia, Arquitetura e Orçamento
MAT 2169147-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

- É vedada a CONTRATADA dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento preparado ou recebido para a execução dos serviços objeto deste edital, cuidando da sua confidencialidade, salvo com prévia, formal e expressa autorização da SECID.

ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Orlando Cristovão Pereira Celino

Nome: Orlando Cristovão Pereira Celino
Cargo: Assessor de Análise, Projeto Engenharia, Arquitetura e Orçamento
CREA: 2019114864
Mat.: 21/0147-08

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Ratifico,

Evaldo Chaves Gouvea Junior

Nome: Evaldo Chaves Gouvea Junior
Cargo: Assessor de Análise de Projetos, Engenharia, Arquitetura e Orçamento
CREA:2000102222
Mat.: 21/0036-08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

ANEXO I-A

MEMORANDO DE INÍCIO DE OBRAS

Nº-SECID-Nº ____/2021

Ao

(Endereço da empresa)

Ref.: (Objeto e endereço da obra)

Tendo em vista a descentralização da cota orçamentária, **AUTORIZAMOS** o início das obras do Contrato nº ____/____, que tem por objeto _____, no Município de _____/RJ, compreendendo: (objeto da obra), constantes da Concorrência nº _____, a partir desta data.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2021.

Secretaria de Estado das Cidades

ANEXO I-B
MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

Referência: CONCORRÊNCIA nº. 0XX/2021

Data: ___/___/_____

Empresa Licitante: _____

CNPJ: _____

A Secretaria de Cidades – SECID, ATESTA que a empresa acima identificada, por meio de seu representante técnico, efetuou nesta data a vistoria no local que irá ocorrer construção do MUVI, corredor exclusivo com obras de infraestrutura urbana ligando trechos de Neves até Gebara – São Gonçalo – RJ, com o objetivo de conhecer o local da execução dos serviços previstos neste certame.

A empresa licitante declara que todas as dúvidas foram sanadas quanto ao local de execução dos serviços que são objeto desta licitação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado das Cidades
Subsecretaria de Infraestrutura



Município de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviço Público
Departamento de Engenharia e Arquitetura

(Localidade), (dia) de (mês) de 2021.

Representante da SECID:

Nome: _____ Matricula: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

(Assinatura do Representante da SECID)